

FATOS E NOTAS

O INFANTE D. HENRIQUE E A ESCOLA NAVAL DE SAGRES.

(Um reparo à “História do Brasil” do acadêmico
Pedro Calmon).

A bibliografia sobre a História do Brasil acha-se agora enriquecida com a publicação de notável obra da autoria do ilustre acadêmico e professor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, editada pela Livraria José Olímpio Editôra, do Rio de Janeiro, em sete avantajados volumes fartamente ilustrados com inúmeras gravuras, algumas delas coloridas.

Não temos a pretensão de fazer uma crítica dessa obra, mas não podemos deixar passar sem pequeno reparo o que tão ilustre acadêmico escreveu no seu citado trabalho a respeito do infante D. Henrique e da sua lendária Escola Naval de Sagres, à vista das exaustivas e escrupulosas investigações realizadas, notadamente em Portugal, sobre os primórdios dos descobrimentos marítimos, que colocam o Governador da Ordem de Cristo na sua verdadeira e merecida posição, porém despido da fama de notável saber e de fundador de uma hipotética escola náutica.

Referindo-se ao infante D. Henrique, diz o erudito acadêmico o que segue:

“Grão-mestre da Ordem de Cristo (1), de cujo convento templario de Tomar fez a sua casa, opulento e estudioso, desistiu então de continuar brigando em Marrocos. Deu-se perdidamente às ciências. Casto e austero, curioso das notícias do Oriente que na descrição de Marco Polo (ó bemdito mimo do Senado de Veneza!) tem fulgurações de lenda, leitor insaciável, colecionou tudo o que se escrevera sobre cosmografia e navegação, transferiu para a sua vila de Terça Naval, junto de Sagres e do cabo de São Vicente o séquito de matemáticos judeus, cartógrafos catalães, pilotos de várias origens, e outros que para isso educava — e com êles criou um se-

(1). — O infante D. Henrique nunca aceitou o título de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, contentando-se com o de Governador, que usou tôda a vida.

minário de estudos náuticos. Chamamos-lhe, sem rigor verbal, escola de Sagres. Foi na verdade uma escola, mas de obstinado trabalho, em que era aluno e mestre aquele príncipe letrado” (2).

Louvando-se em Ca' da Mosto que disse que D. Henrique “**non volse mai prendere donne sotto grande castita observandose in sua zoventu**” (3), o emérito acadêmico afirma ter sido este príncipe: **casto e austero**. Esqueceu-se de citar uma outra fonte mais valiosa a favor da sua opinião, tal a **Crônica do Descobrimento da Guiné** de Zurara, capítulo IV.

Diz o insuspeito e notável historiador português professor Duarte Leite que, “na inscrição do túmulo (hoje no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa) de frei Gonçalo de Souza, chanceler e alferes-mor de D. Henrique, e vedor de sua casa e fazenda, dela consta que este fidalgo fêz erigir em Tomar uma capela com jazigo seu, em cuja lápide superior ordenou que se descrevessem sumariamente as principais virtudes do seu amo, e o seu grande feito dos descobrimentos africanos, e ali se lê da sua religiosidade, da mansidão de suas palavras, da sua abstenção de vinho, **mas nada da sua virgindade**, que certamente seria especificada, se real”.

O inteiro teor da inscrição do túmulo de D. frei Gonçalo de Souza a que alude Duarte Leite diz:

“No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1469 edificou e mandou fazer esta capela e casas com todo seu circuito o honrado cavaleiro Dom frei Gonçalo de Sousa, comendador-mor da Cavalaria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, do Conselho d'el-rei Dom Afonso o V, criado e feitura de menino do muito nobre e excelente e comprido de muitas virtudes o Infante D. Henrique que foi governador e administrador da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, duque de Viseu e senhor de Covilhã, o que achou e notificou tôdas as ilhas da Madeira, e dos Açores com tôda a costa da Guiné até os Índios, filho do mui nobre rei Dom João o Primeiro e da rainha dona Filipa. O qual comendador-mor foi vedor da casa e fazenda do dito Infante e seu chanceler e alferes-mor. As quais virtudes que em este Infante havia este comendador-mor as mandou aqui escrever e são estas...

(2). — Pedro Calmon, *História do Brasil*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1959, volume I, páginas 13 e 14.

(3). — *Paesi nuovamente ritrovati e Novo Mondo* da Alberico Vesputio florentino intitulato, Milano, 1508, página 9.

nunca deu nenhuma coisa ao demo, e quando lhe faziam desprazer tudo dava a Deus, nem dizia mal de nenhum, nem cobiçava a nenhum mal, nem bebia vinho, nunca jurou por Deus nem pelos Santos, tôdas quaesmas e festas de Jesus Cristo e de Santa Maria e Apóstolos e outros Santos muitos jejuava e pela maior a pão e água; era muito católico e cumpria em tudo o officio da Igreja; foi muito obediente a seu pai e mãe e a seu rei à todo..." (4).

Acrescenta Duarte Leite que o padre Domingos Maurício dos Santos S. J., viu na Biblioteca do Vaticano um verbete do cardeal Carampi, relativo a um pedido do infante D. Henrique ao papa em favor de uma **sua filha natural**, que desejava prover numa comenda de Cristo (5).

Equivoca-se o ilustre acadêmico quando afirma que o infante D. Henrique "deu-se perdidamente às ciências", visto que nenhum documento anterior à segunda metade do século XVI faz qualquer alusão aos seus grandes conhecimentos em matemática, astronomia e astrologia.

O já citado professor Duarte Leite, nacionalista extremo, portanto acima de qualquer suspeita, assim se refere à cultura de D. Henrique:

"E' totalmente destituída de fundamento a fama de vasto saber literário, matemático, astronômico e geográfico com que dota D. Henrique uma lenda por alguns levada a proporções paroxísticas, deformando em homem de estudo quem de raiz o foi de ação. Contra êste êro vulgarizado protestam, como há anos fiz ver, todos os testemunhos conhecidos, dos quais abertamente o negativo Zurara que, no seu panegirico **post mortem**, não diz uma só palavra do seu amor a livros, embora enalteça e amplie tudo quanto a verdade ou a lisonja nele pôde catar. Sem dúvida o Infante era instruído, mas de cultura medíocre, muito inferior à dos irmãos mais velhos, que nos deixaram obras indicativas de numerosas leituras, ao passo que dêle nenhuma ficou. Nada se sabe da sua biblioteca, embora devesse ser grande se o fôsse a sua sabedoria livresca, enquanto há catálogos das dos irmãos D. Duarte, D. Fernando e do condestável D. Pedro, filho do infante dêste nome, em parte herdada do pai. E' possível que a tivesse doado em vida ao sobrinho e filho adotivo, o infante D. Fernando, visto como no seu espólio de móveis apenas apa-

(4). — Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sôbre a expansão portuguesa*, Lisboa, Editorial Gleba Ltda., volume I, página 168.

(5). — Duarte Leite, *Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941, página 209.

receram livros de reza, uma crônica de Espanha, um livro de Evangelhos e o chamado **Mestre das sentenças**, do teólogo Pedro Lombardo, sendo de notar que estes dois lhe foram emprestados”.

“Desconhecia as matemáticas além da aritmética elementar, como aliás quase todos os letrados da época, tolhidos pela numeração romana, e disto é exemplo D. Afonso V, mais esmeradamente educado do que o tio a quem atribuem um escrito de astronomia contemplativa, o qual estava em 1453 tão atrasado em aritmética, que o financeiro judeu Abranel entendeu necessário explicar-lhe o que eram quebrados, e aditar uma longa tábua de multiplicação. Nestas condições, é óbvio que lhe era inteiramente vedada a parte matemática da astronomia, e apenas acessível a contemplativa: de certo conhecia o sistema tolomaico do mundo, a exemplo do pai, que no seu **Livro de montaria** o mandou descrever por um **bom retórico** (incapaz como era de tal), mas duvido de que facilmente entrasse no tratado da **Sphera** de João de Sacrobosco, se porventura o tentou. A pouco, estou em dizer nenhuma importância que ligou às ciências exatas evidencia-se em que, não obstante ter doado ao Estado Geral ou Universidade de Lisboa boas casas onde se ensinasse as sete artes liberais, entre as quais as contavam a aritmética, geometria e a astronomia, nunca nos vinte e nove anos seguintes da sua vida se professaram estas três no estabelecimento de que era governador e regedor: e não passa sem reparo, por contraste, que duas vezes contemplou com valiosos donativos a cátedra de teologia”.

“Proclamam todos a sua grande competência em geografia. O eminente historiador desta ciência Raymundo Beazley atribui-lhe a manipulação dalguns dos sete mais antigos mapas, que nos legou a Idade Média, e outros escritores numerosas leituras de autores medievais e antigos, como fôssem Tolomeu e Plínio, do primeiro dos quais conheceu a **Cosmographia** e as suas tábuas, como atesta a relação dita do seu capitão Diogo Gomes, e do segundo a **Historia naturalis**, aproveitada por Zurara na contemporânea crônica da Guiné. Mas nada aboná a suposição de Beazley, antes ela é rejeitada, e ao contrário se sabe que não estava a par da cartografia catalã, apesar da estada em Portugal do seu representante Jacomo de Malhorca; e se é possível que estudasse geografia nalguma obra medieval, pode afirmar-se que não pôs os olhos nas antigas citadas, das quais ao tempo provavelmente nenhum exemplar havia em Portugal. Não é Diogo Gomes quem o faz leitor de Tolomeu, mas Marinho Behaim, que redigiu aquela relação e nela introduziu coisas de sua exclusiva

responsabilidade: e Zurara nunca leu Plínio, sendo o passo a êle referente um plágio descarado e inconsciente dum tratado castelhano de história universal. Em matéria geográfica só se conhecem três autênticas opiniões do Infante, tôdas erradas, e daí a minha concordância com o doutor Pedro de Azevedo, quando o disse “amador, em certas ocasiões, de assuntos de geografia” (6).

Quanto ao “séquito de matemáticos judeus, cartógrafos catalães, pilotos de várias origens, e outros que para isso educava”, isto é, o seminário de estudos náuticos sob a égide do infante D. Henrique, na sua Terçanabal, não seria tarefa difícil escrevermos algumas linhas provando não passar da mais pura fantasia a existência do aludido séquito de sábios que constituía “sem rigor verbal, a Escola de Sagres”. Porém, como temos receio, nesta altura, quando se comemora o V centenário da morte de D. Henrique e quando o canonizam, de sermos tachados de faccioso e até de lusópho, damos a palavra, mais uma vez, ao erudito e probo historiador português, professor Duarte Leite. Ouçámo-lo, pois:

“Os atuais crentes num foco henriquino de estudos vêem nele um cenáculo científico, funcionando eventualmente em casa do Infante e sob sua direção, ao qual concorriam sábios e técnicos nacionais e estrangeiros: ali se ventilavam todos os problemas teóricos e práticos relacionados com a navegação atlântica. Ora não ficou memória de algum sábio ou técnico nacional agregado ao Infante, e tão pouco de sábio ou técnico estrangeiro que viesse trazer suas luzes a Portugal, salvo dum cartógrafo maiorquino. Duarte Pacheco, e mais tarde João de Barros, informam que o Infante mandara vir de Maiorca mestre Jácome, perito em cartas de marear e instrumentos náuticos, e o primeiro esclarece que êste artista ensinou aos portugueses como fazer as referidas cartas. Nada mais se sabe dêste mestre Jácome, nem tudo quanto cá ensinou, nem quando cá chegou, nem quanto cá se demorou, conquanto seja certo que não assistiu à morte de D. João I em 1433; apenas se aceita que era um judeu converso de nome Jaime Ribas, filho do autor do atlas catalão Abraão Cresques. A passagem por Portugal do cartógrafo maiorquino não demonstra a existência dum cenáculo científico, a que pertencesse; e para a aceitarmos é necessário atinar com qualquer resultado da atividade de seus membros anônimos. Será preciso provar que em alguma coisa se distinguiram os pilotos henriquinos dos outros que exerciam

(6). — Duarte Leite, *Obra citada*, páginas 13 a 17.

seu mister no Mediterrâneo ou no Atlântico; mas por mais que se aprofundem as pesquisas não se topa com diferença alguma nos processos navegatórios de uns e de outros”.

“Os marítimos do Infante guiavam suas rotas pela bússola, servindo-se de agulhas genovesas, catalãs e flamengas, corretas ou não da declinação magnética; mas não consta de bússola ou agulha especificamente portuguesas. A hora do dia era-lhes dada pelo sol, e a da noite pelas posições relativas da estrêla do norte e da sua guarda dianteira; mas nisto procediam como os demais pilotos de outras nações. Também utilizavam cartas de marear, de certa época em diante, mas em nada as modificaram em tempos henriquinos. Não conheceram o regimento da estrêla do norte, nem o das léguas em diversos rumos; pois ambos supõem medição de latitudes, que não faziam os marítimos henriquinos, como creio ter cabalmente demonstrado, contra a opinião corrente. Serviam-se de barcos seus privativos, as caravelas, mas as vantagens do seu emprêgo foram-lhes manifestas pela experiência diuturna, e não por considerações teóricas: e estas em nada contribuíram para que conhecessem o regime dos ventos gerais e outros do Atlântico”.

“Nada de original saiu pois do conclave de peritos, que dizem ter rodeado o Infante, e aliás são totalmente desconhecidos. Sem dúvida o príncipe teve a seu lado homens experimentados no mar, e sabedores de fatos das costas africanas mais próximas, e é certo que solicitamente coligia informes de quem as percorrera: mas outra coisa é imaginá-lo cercado de sábios e técnicos, fantasia que se deve pôr inteiramente de lado. Não creio todavia que êste **desideratum** seja facilmente atingido: durante longos anos se continuará a enaltecer a Escola de Sagres, do mesmo modo que se gaba a magra sabedoria livresca do Infante D. Henrique” (7).

José de Bragança (8) abordando o mesmo assunto, escreveu o seguinte:

“Celebrou-se a Escola de Sagres com seus grandes sábios estrangeiros e até com observatório astronômico, quando o grande mérito da obra dos portugueses está em que eles foram os próprios criadores dessa ciência eminentemente experimental, aprendida no convés das caravelas,

(7). — Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1959, volume I, páginas 186 a 188.

(8). — *Introdução à Crônica dos descobrimentos e conquista da Guiné de Zurara*, Livraria Civilização Editôra, Pôrto, I volume, páginas XX eXXII.

praticada com as correntes e os ventos, observando estrêlas nunca vistas, pesando o sol e estabelecendo as tábuas de declinação conforme as quatro estações e a altura dos astros”.

Tratando-se da famigerada Escola Naval de Sagres, a verdade é que não se encontra a mais leve referência à sua existência nos relatos dos cronistas coevos do infante D. Henrique e nos documentos existentes nos arquivos portugueses.

As fontes que conhecemos e que podiam a ela fazer alusão, mas que guardam o mais profundo silêncio, são as seguintes: **Crônica dos descobrimentos e conquista da Guiné**, por Gomes Eanes de Zurara, biógrafo e panegirista do Infante; **Crônica da tomada de Ceuta**, pelo mesmo cronista; **Crônica d'El Rei D. Duarte**, por Rui de Pina; **Crônica d'El Rei D. Afonso**, d'êste cronista; **Prima e Seconda Navigazioni**, de Alvise de Ca' da Mosto; **Navegação de Pedro de Cintra**, escrita por êste navegador veneziano; **Relação dos descobrimentos da Guiné**, referida por Diogo Gomes a Martim Behaim, que a escreveu e **A Ásia** de João de Barros. Documentos dos arquivos portugueses a saber: **Último testamento do infante D. Henrique**; **cartas de doação do cabo Trásfalmear**; **cartas de doação do infante D. Henrique ao infante D. Fernando e à Ordem de Cristo**.

O que os documentos atestam de modo indiscutível, é que D. Henrique só depois da morte do Infante Santo começou a edificar no extremo ocidental do Algarve uma vila, onde os navios dos mercadores, vindos do Mediterrâneo e surpreendidos pela violência do vento norte, pudessem encontrar abrigo, alimentos e confortos espirituais que até aí não tinham.

Só depois de 27 de outubro de 1443, data em que o regente D. Pedro fêz doação ao Infante de uma légua de terra ao redor do cabo de São Vicente, foi que se iniciou a fundação da vila que o próprio D. Henrique batizou por **Vila do Infante**, e não Escola Naval de Sagres. A prova documental de que, com a fundação dessa vila, teve o Infante unicamente a preocupação de dar abrigo aos navios vindos do Mediterrâneo acossados por temporais, está nos dizeres insofismáveis da carta de doação de 19 de setembro de 1460, assinada por D. Henrique poucas semanas antes de falecer. Tal carta de doação é do teor seguinte:

“Eu o Infante D. Henrique regedor e governador da ordem da cavalaria de nosso Senhor Jesus Cristo, duque de Viseu e Senhor de Covilhã, faço saber aos que esta minha carta virem que esguardando como ao cabo de Sagres

vinham e vêm muitas carracas, naus, galés e outros navios pousar por não acharem tempo de viagem onde aquecia estarem por muitos dias sem acharem nenhuma consolação de mantimentos e doutras coisas necessárias nem isso mesmo de água quase nada, tendo a povoação a uma légua e meia donde jaziam e como também estando êles assim ali alguns faleciam da vida presente e os lançavam por estas barrocas e praias, e movido de piedade entendendo quanto serviço nele fazia a Deus e a el-Rei meu Senhor e bem consolação aos que ao dito cabo viessem pousar, **mandei edificar uma vila** no outro cabo que antes do dito cabo de Sagres está aos que vêm de poente para levantar que se chamava terça naval **à qual pus nome Vila do Infante**. Em Reverença de minha Senhora Santa Maria mandei em ela fazer uma sua capela, e fora da dita vila, acima do pôrto, onde desembarcam os que das ditas carracas e naus, galés e navios saem, mandei fazer uma Igreja à honra da Senhora Santa Catarina onde em ela e no seu cemitério, ao presente, depois que assim foi feita são lançados e soterrados muitos dos navios que assim ali vieram pousar. E ora e depois de a dita vila assim ser feita os que ao dito cabo vêm pousar acham consolação de mantimentos e abastança e águas e outras de que assim antes, por o que dito é, eram minguados. A qual vila eu fiz por autoridade de el-Rei D Afonso meu Senhor e Sobrinho, que Deus mantenha, e lha ofereci e fiz serviço dela, que por meu falecimento lhe ficasse e a seus sucessores sem nunca dêle ser fora, nem da sua corôa. E esguardando eu os muitos bens que recebi da ordem de Cristo de que assim sou governador e serviço dos cavaleiros e freires dela e com desêjo de nela fazer acrescentamento, lhe dei e dou para todo sempre a espiritualidade da dita **vila do Infante** na melhor maneira que lha eu posso dar e como à dita ordem é outorgada por nosso Senhor o Santo Padre Pio II e melhor se melhor fôr outorgada por o dito Senhor Santo Padre e por os outros seus sucessores além do que já assim tem outorgado. E rogo e encomendo aos que forem vigários ou capelães soldados da dita ordem nas Igrejas da dita vila que lhes praza cada um em a Igreja de que assim tiverem carregado dizerem em cada semana ao sábado uma missa de Santa Maria e a comemoração seja de Santo Espírito com seu responso e a oração de Fidélium Deus, dizendo antes do comêço da dita missa, alta voz com o rosto para os que a êle estiverem, que digam o pater noster e avé Maria por a minha alma e dos da ordem e daqueles porque teúdo sou rogar e desy vá por sua missa em diante, e rogo e encomendo aos mestres e governadores que depois de mim forem da dita ordem que em galardão do acrescentamento e bem que

em ela fiz lhes praza haverem por bem por sempre mandarem assim dizer as ditas missas como dito é e por certidão mandei fazer esta minha carta assinada por mim e selada do sêlo de minhas armas, a qual mandei pôr na tôrre do cartório do convento da minha vila de Tomar. Feita em a minha **vila do Infante** dezanove dias de Setembro. João de Moraes a fêz, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil iiijc Lx anos. E na obrigação que os vigários ou capelães soldados que das ditas Igrejas houverem ter carrego se obrigarem de as cantar e lhes declarem obrigando-os que sempre ao sábadó sejam teúdos dizer as ditas missas como suso faz menção” (9).

Com referência ao local onde teria sido edificada a **Vila do Infante**, os historiadores portugueses jogam a cabra cega. Isso ocorre porque, por mais que procurem, não são encontradas as ruínas da referida vila, tanto em Sagres como no cabo de São Vicente.

Em 1939 o Govêrno Português por intermédio da Agência Geral das Colônias, mandou imprimir um valioso trabalho do comandante A. Fontoura da Costa intitulado **A Marinharia dos Descobrimentos**. Nesta obra o ilustre comandante assim se refere à pretensa Escola Naval de Sagres:

“Ora em Lagos, ora na Raposeira, onde D. Henrique tinha habitações, e mais tarde na sua **Terçanabal**, após 1451 — Vila do Infante em 1460 — residia êle, durante o tempo que passava no Algarve. Os seus técnicos deviam naturalmente habitar em Lagos — pôrto de armamento — e ali ensinavam, aos pilotos e mais gente dos navios, as **noções rudimentares da marinharia coeva**, que um aturado e rude serviço no mar cimentava. Como pois admitir que êsse tão **elementar ensino** fôsse ministrado em **Terçanabal**, onde não havia povoação, ou mesmo, mais tarde, na **Vila do Infante**, longe da base lagoense? Ensinou-se sim, mas em Lagos” (10).

Quer nos parecer que o que disse o comandante Fontoura da Costa é a palavra oficial sôbre a famigerada Escola Naval de Sagres. Assim, pois, não devemos ser mais realistas que o rei.

O historiador português Fernando Bandeira Ferreira (11) fêz, não há muito tempo, uma comunicação bastante documen-

(9). — Arquivo da Tôrre do Tombo, manuscrito 516.

(10). — A. Fontoura da Costa, **A Marinharia dos Descobrimentos**, Lisboa, 1939, páginas 11 e 12.

(11). — **As Viagens de Descobrimento de Iniciativa Particular no Tempo de D. Henrique**. Edição da “Seara Nova”, Lisboa, 1946, opúsculo de 47 páginas.

tada que certamente não é do agrado dos panegiristas do infante D. Henrique, mas que merece os aplausos daqueles que como nós, no campo da História, só buscam a verdade.

Em um dos tópicos do seu precioso opúsculo, diz o referido historiógrafo o seguinte:

“E’ comum atribuir-se à iniciativa de D. Henrique as viagens de descobrimento realizadas durante o período da sua vida, que decorre mais ou menos entre 1419 e 1460. Basta, porém, uma leitura cuidada e desapassionada da **Crônica da Guiné**, escrita pelo seu panegirista (note-se bem) para ver como a atribuição carece de fundamento”.

“Com efeito, muitas dessas viagens foram realizadas por navios **armados por particulares** (nobres e burgueses) e não erraremos se dissermos até que foram não só as mais numerosas como as mais importantes (se excetuarmos a de Gil Eanes, de 1434), pois deve-se-lhes o conhecimento de maior (e mais rica) parte do litoral africano sito entre o Bojador e a Serra Leoa”.

“A leitura desapassionada da **Crônica** (e doutras fontes) revela-nos também que as viagens de descobrimento verdadeiramente henriquina não tiveram grande seqüência”.

“Se as viagens de descobrimento ordenadas por D. Henrique não tiveram seqüência, muito menos a tiveram as de iniciativa particular, o que não admira, visto emanarem de vários indivíduos, que, por vêzes, nem sequer se conheciam. Além disto, para êles, o primeiro objetivo era sempre “filhar” mouros ou guineus e, se os navios exploravam mais umas léguas de litoral, era sempre também em busca duma povoação descuidada, mal defendida e acessível, que enchesse de cativos os porões”.

Depois de citar inúmeras passagens da **Crônica da Guiné**, da **Relação dos Descobrimientos** de Diogo Gomes, do **Esmeraldo de Situ Orbis** de Duarte Pacheco, **Delle Navigazioni** de Ca’ da Mosto, da **Ásia** de João de Barros e de outros cronistas a favor da sua tese, Fernando Bandeira Ferreira publica duas relações: uma indicando as viagens de iniciativa de D. Henrique e outra de iniciativa particular. Por essas relações, as viagens de pirataria e comércio de iniciativa do Infante foram em número de 11 e as de descobrimientos de 8. Tratando-se daquelas de iniciativa particular, as de pirataria e comércio somam 22 e as de descobrimento atingem a 12.

Um outro historiador português, Francisco Fernandes Lopes (12), num opúsculo, esclarece de que modo nasceram e se

(12). — Terçanabal e a Escola de Sagres, Lisboa, 1945, folheto de 38 páginas.

desenvolveram as lendas henriquinas. Vamos resumir aqui o que diz tal folheto:

Decorrido quase um século após a morte de D. Henrique, isto é, em 1552, o cronista João de Barros na **Primeira Década da Ásia**, fala da “vila que novamente fundara no reino do Algarve, na Angra de Sagres, a que pôs nome **Terçanabal** e ora se chama Vila do Infante”. Êste cronista estaria bem longe da idéia de qualquer **escola náutica** com caráter científico, visto que, acentuando as diligências que o Infante fazia para ter informação das terras que visava, não só refere que o julgavam “exortado por oráculo divino”, mas êle próprio se inclina a julgar que a emprêsa dos descobrimentos “mais lhe fôra revelada que por êle movida”.

Na **Crônica do Príncipe D. João**, de Damião de Góis, editada em 1567, portanto publicada há mais de um século do falecimento do Infante, encontra-se êste tópico:

“E porque além de êle ser mui arriscado cavaleiro era mui dado ao estudo das letras, principalmente da Astrologia e Cosmografia, para melhor exercitar tão venturosas artes, depois que tornou do cerco de Ceuta, escolheu sua morada e residência em uma parte do Algarve, no cabo de São Vicente... em o qual sítio de Sagres fundou o Infante uma vila de novo, a que pôs nome Terçanabal, a que também chamam a Vila do Infante, e dali determinou de mandar navios ao longo da Costa de África com tenção de chegar ao fim de seus pensamentos que era descobrir destas partes ocidentais a navegação para a Índia Oriental, a qual sabia por certo que fôra já em outros tempos achada”.

Decorridos dois séculos depois da morte do Infante D. Henrique, isto é, em 1660, Francisco Manuel de Melo nas suas **Epánaforas**, empresta ao Infante D. Henrique grandes conhecimentos de matemática e cosmografia, bem como de preciosas informações colhidas em África de judeus e mouros, com relação às remotas terras orientais e das suas costas e mares. Repete o que escreveu Damião de Góis no que tange ao estabelecimento de D. Henrique no Algarve “para melhor executar seus propósitos”, dizendo que “em a Angra de Sagres fundou uma vila, em ordem à sua assistência e maior cômodo das navegações que intentava, à qual deu por nome **Terçanabal**”.

Um século depois da publicação das **Epánaforas** e 298 anos após a morte do Infante D. Henrique, isto é, em 1758, **Cândido Lusitano** (Francisco José Freire) publicou a **Vida do Infante D.**

Henrique, escrita e dedicada à Magestade Fidelíssima de El Rey D. Joseph 1.^o N. S.

Neste trabalho, no preâmbulo da lei de 7 de março de 1761, que criou o Colégio Real dos Nobres, se diz que “por efeito dos estudos e da companhia que o memorável infante D. Henrique estabeleceu e fundou na vila de Sagres e na cidade de Lagos, para a Astronomia, Geografia, Navegação e Comércio marítimo”, é que se haviam formado “os muitos sábios, e famosos varões” que nos reinados subsequentes haviam dilatado, com seus ilustres feitos, os domínios da Corôa”.

E, dêste modo, “como quem conta um conto acrescenta um ponto”, as lendas henriquinas foram multiplicadas e enfeitadas com figuras de retórica até tocar as raias do ridículo, não só por historiadores portugueses como Costa Brochado e Francisco Mendes Brito, mas até por estrangeiros como Henry Major, Raimundo Beazeley, Eleine Sanceau e outros.

Convém assinalar aqui que a primeira expansão marítima de Portugal não ocorreu, como muita gente pensa, na época do Infante D. Henrique, mas sim nos reinados de D. Afonso IV (1325-1357), de D. Pedro I (1357-1367) e de D. Fernando I (1367-1383), com as expedições à Madeira, às Canárias e aos Açores, sob o comando de genoveses. Não devemos esquecer que também não pertence a D. Henrique a idéia de circunavegar a África para atingir a Índia, mas sim a D. João II, “O Príncipe Perfeito”, o verdadeiro criador da náutica científica portuguesa.

No afã de engrandecer desmesuradamente a figura do infante D. Henrique, historiadores, notadamente portugueses, esquecem de que o seu irmão D. Pedro, o “Leal Cavaleiro”, que foi regente do trono de Portugal de 1439 a 1449, após ter percorrido diversos países da Europa trouxe, principalmente da Itália, grandes quantidades de materiais constituídos de mapas, planos e livros que foram de capital importância à empresa que seu irmão empreendia ao longo da costa ocidental da África. Entre esses materiais devemos citar **Os Milhões de Marco Polo**, oferta do doge Francisco Foscarini. Como no século XIV os cartógrafos eram quase todos italianos, pode-se admitir que D. Pedro tenha conseguido na Itália qualquer mapa semelhante àquêle de 1321 que figura no **Liber Secretorum fidelium Crusis** de Marino Sanuto, onde a África figura circundada pelo mar, ou ao da Medicea-Laurenziana de 1431, onde o continente negro tem a forma triangular. Pode-se ainda supor que D. Pedro tenha obtido uma cópia do planisfério de São Miguel de Murano, de 1380. Tem base esta nossa conjetu-

ra na notícia, um tanto confusa, que nos dá Antônio Galvão (13) sôbre um mapa que o regente trouxe da Itália para D. Henrique.

Devido a essa valiosa contribuição, o notável historiador Júlio Gonçalves (14) judiciosamente diz que a partir de 1440, quando D. Pedro estava na regência, “as expedições sucedem-se, e desta feita com substancial resultado: vem ouro de Tombuctu, vêm minérios, sal, marfins e malaguetas, vêm escravos de tôda a costa. Todo o Algarve se anima na sugestão dos grandes negócios, como mais tarde se dirá ao Da Mosto. A população do sertão agita-se através do deserto, na previsão de novas e proveitosas permutas. E **“esta foi a primeira notícia que houve do ouro e donde se encontraria a sua origem”**, diz sem querer Diogo Gomes ou Behaim pôe êle”.

Em realidade o infante D. Henrique de vontade férrea e obstinado, foi homem de ação, portanto na altura da empresa dos descobrimentos marítimos no litoral norte-africano, de que foi o iniciador.

Soube com habilidade conquistar a amizade e, conseqüentemente, a dedicação de seus colaboradores. Aos caravelistas de Lagos e de Lisboa que pediam permissão para aprisionar mouros ou guineus e também para traficar na costa da África, concedia D. Henrique a devida licença, impondo-lhes, porém, a condição de darem-lhe o quinto do que trouxessem. Sem o estímulo, principalmente de poder apresar africanos, ninguém certamente se aventuraria num mar desconhecido e, de acôrdo com a tradição árabe, envolto de trevas impenetráveis e varrido por ventos violentos que impediam a navegação.

Vem aqui, a talho de foice, aquêlê salutar conceito que, sôbre o modo de ser escrita a biografia do Infante D. Henrique, expendeu o erudito historiador português Francisco Fernandes Lopes (15) em trabalho ora saído do prelo:

“Não é, partindo da visão dum Infante fantástico em qualquer sentido, dotado dos mais inverossímeis dotes ou minguado às proporções exíguas de um insignificante personagem de côrte, que se poderá ficar tendo dêle o concei-

(13). — *Tratado dos Descobrimentos*, 3a. edição, Livraria Civilização do Pôrto, 1944, página 122.

(14). — *O Infante D. Henrique — As Sete Partidas*, Lisboa, 1955, Agência Geral do Ultramar, página 250.

(15). — *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, Portugália Editôra, Lisboa, 1960, páginas 13 e 14.

to objetivo de quem êle foi e daquilo que fêz. Não! A literatura mais ou menos de maravilhas literárias tem que ser proscrita dêste campo, para dar lugar aos fatos que cronológica e sincrônica se alinham e conjuntam, desenhando e esculpindo a sua figura e os feitos em que a sua viva ação se traduziu”.

E, para que a História seja assim cuidada, necessário se torna que haja tôda a probidade e que os chauvinistas sejam postos à margem.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

Da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.
Da Sociéte des Américanistes de Paris.